

## Receita pode prorrogar eSocial para MPEs, afirma especialista

*De acordo com assessora jurídica da FecomercioSP, o órgão público já cogita o prazo – julho, atualmente – estabelecido para empresas de menor porte*

### **RENATO GHELFI • SÃO PAULO**

A Receita Federal (RF) pode prorrogar o prazo para a adesão das micro e pequenas empresas (MPEs) no eSocial.

É o que diz Ana Paula Locoselli, assessora jurídica da FecomercioSP, que teve contato com representantes da RF.

“Eles já estão trabalhando com essa hipóteses [de prorrogação]”, afirma ela. “Isso porque já estamos na metade de maio e ainda não foi disponibilizado o programa [do eSocial] para as companhias menores”.

Se nada for mudado, as MPEs terão que aderir ao sistema até julho.

Segundo a entrevistada, é complicada demais a versão do eSocial utilizada pelas empresas de grandes porte, que integraram o programa no começo do ano.

“Se o mesmo modelo for obrigatório para as companhias menores, é provável que a adesão seja problemática”, diz Ana Paula.

Ela ressalta que até as firmas maiores estão enfrentando dificuldades para se adaptar ao eSocial.

Um dos problemas, diz ela, está no cadastro dos dados trabalhistas dos funcionários.

Outro ponto que preocupa os especialistas é o excesso de demanda sobre consultores de tecnologia, bastante requisitados para fazer a implementação do sistema.

“Hoje essas firmas de consultoria não têm equipe técnica suficiente para dar suporte e fazer as implementações necessárias em um mês e meio”, diz Márcio Massao Shimomoto, presidente do Sindicato das Empresas de Contabilidade e de Assessoramento no Estado de São Paulo (Sescon-SP).

# INFORME

Ele também chama atenção para o prazo diferenciado estabelecido para a adesão de empresas públicas.

“O governo já deveria ter entrado no eSocial.

Não faz sentido deixar as [empresas] públicas para o final, só em janeiro do ano que vem”, afirma.

Ana Paula segue a mesma linha.

“Quando o governo diz que precisa de mais tempo para entrar no sistema, ele deveria lembrar que o setor privado está passando pelas mesmas dificuldades”.

Na opinião da entrevistada, o prazo para as MPEs deveria ser estendido até janeiro de 2019.

Por esse motivo, a FecomercioSP informou ontem (14) que solicitou ao governo federal a prorrogação do prazo para que microempresas, microempreendedores individuais, e empresas de pequeno porte apresentem os dados de seus empregados no eSocial.

Foram enviados ofícios para representantes da Receita Federal, Ministérios da Fazenda, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, além de outros órgãos competentes.

## ***Mudanças***

O eSocial é uma plataforma eletrônica onde os empresários registram os dados trabalhistas, tributários, fiscais e previdenciários dos funcionários.

Para especialistas, o programa é bom, pois traz mais transparência e segurança aos trabalhadores, mas sua implementação é problemática.

(Fonte: DCI – 14/05/2018)

## **Trabalhadores da Mercedes entram em greve por reajuste salarial**

*Trabalhadores questionam não recebimento de reajuste salarial e demissão de 340 funcionários da área administrativa*

**André Ítalo Rocha, O Estado de S.Paulo**

Os trabalhadores da fábrica da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo entraram em greve nesta segunda-feira, 14, por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a paralisação ocorre porque a empresa, além de não querer dar reajuste salarial na negociação deste ano, pretende demitir 340 pessoas da área administrativa, de um total de 8 mil funcionários. O sindicato afirma também que a Mercedes-Benz quer acabar com algumas cláusulas acertadas no último acordo, como o tempo de estabilidade para trabalhadores que sofreram algum acidente e o complemento que eles recebem da empresa por quatro meses para que o auxílio-doença recebido pelo INSS chegue ao mesmo valor do salário. Os metalúrgicos defendem a manutenção destes pontos e a inclusão de uma cláusula de salvaguarda contra a reforma trabalhista, garantindo que qualquer alteração prevista na nova legislação só possa ser aplicada após negociação entre empresa e sindicato. Além disso, os trabalhadores querem que o cálculo da PLR (Participação em Lucros e Resultados) leve em conta a exportação dos itens agregados, como motor, câmbio e eixos. Os trabalhadores vão realizar uma nova reunião amanhã para decidir se continuam em greve ou não. A empresa, no entanto, ainda não mandou uma nova proposta, segundo o sindicato. Pela mesma razão, o sindicato não quis divulgar quais os valores em discussão para o reajuste salarial.

As mobilizações internas começaram na semana passada, com paradas na produção e passeatas pela fábrica para pressionar a diretoria. Nesta terça-feira, 15, haverá nova assembleia, às 7h30, em frente à portaria principal da empresa. A Mercedes-Benz confirmou que toda a área de produção de caminhões, ônibus e componentes ficou parada nesta segunda-feira, 14, mas não quis comentar a greve porque ainda está em processo de negociação com o sindicato. A paralisação ocorre em um momento em que o setor volta a crescer. A fábrica da Mercedes-Benz em São Bernardo é destinada à produção de caminhões e ônibus. Tais segmentos, respectivamente, apresentam crescimento de 54,9% e 81,7% no acumulado de janeiro a abril ante igual intervalo do ano passado, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). A fábrica da Mercedes, que com a crise passou a produzir em somente um turno, deve voltar aos dois turnos no segundo semestre deste ano, conforme tem dito em entrevistas o presidente da empresa no Brasil, Philipp Schiemer. A unidade, que tem capacidade de produzir 80 mil veículos por ano, tem operado no limite de apenas um turno. / COLABOROU MANUELA TECCHIO

(Fonte: Estado de SP – 15/05/2018)

# INFORME

## FOLHA DE S.PAULO

### Em processo anterior à nova legislação, TST reconhece vínculo de terceirizados

*Em dois processos analisados em abril, os ministros concluíram que a terceirização foi ilícita*

#### **BRASÍLIA**

Os ministros da 3ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) reconheceram vínculo de emprego de funcionárias de telemarketing contratadas por bancos por meio de empresas terceirizadas. Em dois processos analisados em abril, os ministros concluíram que a terceirização foi ilícita. Cabe recurso contra as decisões.

Relator dos dois processos, o ministro Maurício Godinho Delgado esclareceu em seus votos que os contratos são anteriores à reforma trabalhista e, por isso, devem ser analisados de acordo com as regras da época. A reforma trabalhista, que amplia as modalidades de contratação, entrou em vigor em novembro.

Em 2017, o presidente Michel Temer também sancionou a lei que regulamentou a terceirização e permitiu que as empresas terceirizem mão de obra para as chamadas atividades-fim. Mudanças promovidas pela nova lei, que enfrentam resistência de juízes do trabalho e do Ministério Público do Trabalho, ainda estão em análise pelo próprio TST e no STF (Supremo Tribunal Federal).

Em um dos casos, divulgados pelo jornal Valor Econômico, analisados pela 3ª turma do TST no mês passado, uma profissional de telemarketing contratada por outra empresa foi reconhecida como funcionária do Itaú. Segundo relatório de Delgado, ela atendia clientes, via telefone, prestando serviços que mostravam ser "inserida no processo produtivo do banco". Procurada, a assessoria de imprensa do banco Itaú afirmou que a terceirização de qualquer atividade hoje é permitida.

Em outro processo, uma profissional de telemarketing com contrato terceirizado pediu reconhecimento de vínculo empregatício direto com o banco Santander. Ela relata que fazia operações com cartão de crédito, pagamento de contas, consumo, empréstimos e seguros. "Ficou demonstrado que a atividade executada pela recorrente era essencial à atividade-fim do banco", constatou o ministro.

O Santander informou que o banco vai recorrer da decisão.

(Fonte: Folha de SP – 15/05/2018)